ANA SOFIA DA SILVA GOMES

O CONTRATO COMERCIAL INTERNACIONAL NO REGULAMENTO ROMA I

CONCEITO E REGIME GERAL



AB VNO AD OMNES
Coimbra Editora

ÍNDICE

Agradecimentos 7
Apresentação 9
Nota prévia do autor 13
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos 15

INTRODUÇÃO 17

PARTE I
UNIFICAÇÃO DO REGIME DO CONTRATO COMERCIAL INTERNACIONAL NA UE 23

1. Quadro Institucional da Unificação na Comunidade Europeia e na União Europeia e Quadro da Unificação em Matéria Contratual 23

1.1. Introdução 23
1.2. Tratado de Roma e aproximação de legislações: harmonização e unificação. as convenções intergovernamentais 28
1.3. Ato Único Europeu e Tratado de Maastricht: aprofundamento da aproximação de legislações 32
1.4. Tratado de Amesterdão. Consagração de competência comunitária em matéria de DIP 39
1.5. Concretização do âmbito da competência comunitária consagrada: a Proposta de Regulamento sobre a lei aplicável às obrigações contratuais 43
1.6. Regulamento Roma I 56
1.7. Projeto de Tratado Constitucional e Tratado de Lisboa 59
1.8. Atual enquadramento normativo da competência da União em matéria de direito de conflitos 76

2. Características da unificação 83

2.1. Necessidade de interpretação uniforme 83
2.2. Da interpretação unificada no quadro do direito da União Europeia 91
2.3. A prática do Tribunal de Justiça 97
2.4. Linhas gerais sobre a interpretação da norma de Direito da União Europeia 121

Coimbra Editora

2.5. A interpretação do Regulamento Roma I e da Convenção de Roma pelo Tribunal de Justiça 129
2.6. A inter-relação entre a competência internacional e a lei aplicável. 135
2.7. A aplicação da lei estrangeira 150

3. A recente iniciativa de unificação de direito material: do Direito europeu comum da compra e venda 158

3.1. Introdução 158
3.2. Antecedentes 159

3.2.1. Enquadramento institucional 163
3.2.2. Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um direito europeu comum da compra e venda 169

3.2.2.1. Âmbito territorial de aplicação 169
3.2.2.2. Âmbito material de aplicação 170
3.2.2.3. Âmbito pessoal de aplicação 175
3.2.2.4. Amplitude do regime de direito material previsto 175
3.2.2.5. Vicissitudes da proposta 177

PARTE II
O CONTRATO COMERCIAL INTERNACIONAL 183

1. Introdução 183
2. Âmbito de aplicação material do regulamento Roma I 184

2.1. Matérias contratuais 188
2.2. Matérias civis e comerciais 195

2.2.1. A comercialidade relevante 196

3. A internacionalidade do contrato 204

3.1. Introdução 204
3.2. A relevância de um conceito de contrato internacional 207

4. Do caráter internacional dos contratos 212
5. Os diferentes critérios de internacionalidade 219

5.1. Critério jurídico e elementos de conexão relevantes 219
5.2. Critérios económicos 231
5.3. Critérios subjetivos e objetivos 239
5.4. Critério de internacionalidade na convenção de Roma e no regulamento Roma I 245
5.5. Tomada de posição 252

PARTE III
LEI APLICÁVEL AOS CONTRATOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS 255

1. Introdução 255

2. A lei escolhida pelas partes 258

2.1. Enunciado geral, identificação de questões controversas e sua possível solução 258

2.1.1. A eleição de regras não estatais 264
2.1.2. Os princípios da Haia 269
2.1.3. Restrições à regulamentação dos contratos do comércio internacional pelos Estados 279
2.1.4. A regulação dos contratos comerciais internacionais 282

2.2. Consagração da autonomia da vontade 293
2.3. A escolha de uma lei estatal 295
2.4. Escolha de instrumentos não estatais 297

2.4.1. A opção pelas regras não estatais nos princípios da Haia 302

2.4.1.1. Usos comerciais 316

2.5. Escolha de lei sem ligação com o contrato 318
2.6. Escolha expressa ou tácita 321
2.7. Fracionamento contratual 326
2.8. Alteração da escolha de lei 329
2.9. Disposições não derrogáveis por acordo 331
2.10. Momento da determinação dos elementos de conexão relevantes. 346

2.10.1. Os efeitos da escolha de lei 348

2.11. Da proteção às disposições de direito da União Europeia não derrogáveis por acordo 354
2.12. A existência e a validade do consentimento das partes relativamente à escolha da lei aplicável 373

3. Lei aplicável na falta de escolha 374

3.1. Regime geral de determinação da lei aplicável na falta de escolha . 374
3.2. Determinação da lei aplicável. Aspetos gerais 380

3.2.1. Doutrina da prestação característica 382

3.2.1.1. Determinação da prestação característica 384

3.2.2. Residência do prestador caraterístico 389

3.3. Regime aplicável aos contratos especialmente previstos 391
3.4. Lei aplicável por recurso à prestação característica 399
3.5. Regime aplicável por recurso à cláusula de exceção. Aspetos gerais 403
3.6. Propostas de limitação do recurso à cláusula de exceção 408

3.6.1. Apreciação crítica 409

Coimbra Editora

3.7. Cláusula de exceção 413

3.7.1. Determinação da conexão mais estreita 414

3.7.1.1. As circunstâncias atendíveis 415

3.7.2. Ponderação da conexão mais estreita pelo tribunal 418

3.8. Conexão subsidiária 421

3.8.1. Impossibilidade de determinação da prestação caraterística 421

4. Contrato de transporte de mercadorias 423

4.1. Aspetos gerais 423
4.2. Lei aplicável na falta de escolha 427
4.3. Conexão subsidiária 429
4.4. Cláusula de Exceção 432

5. Normas de aplicação imediata 433

5.1. Antecedentes 433
5.2. Normas de aplicação imediata. Conceito legal 442
5.3. Normas de aplicação imediata do Estado do foro 455
5.4. Normas de aplicação imediata de Estados estrangeiros 459

5.4.1. Requisitos de aplicação das normas de aplicação imediata do país do cumprimento das obrigações 467

5.4.1.1. Decisão sobre prevalência 467
5.4.1.2. Obrigações decorrentes do contrato 468
5.4.1.3. Lugar do cumprimento das obrigações 469
5.4.1.4. Segundo essas normas o cumprimento do contrato seja ilegal .. 471
5.4.1.5. Natureza e objeto das normas e consequências da sua aplicação ou da sua não aplicação 472

5.4.2. Tomada de posição 476

5.5. Normas de aplicação imediata da UE 479

CONCLUSÕES 491

Bibliografia 515
Referências 579
Índice 581



AB VNO AD OMNES
Coimbra Editora

www.coimbraeditora.pt

GRUPO GESTLEGAL